

Peer Review e a qualificação da produção científica: limites e avanços

Autoria: Erlaine Binotto, Débora Nayar Hoff, Elisabete Stradiotto Siqueira

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir, através da percepção de pesquisadores das áreas de ciências sociais aplicadas e da multidisciplinar, a contribuição que a avaliação por pares tem proporcionado para a qualificação e reconstrução dos saberes produzidos. É uma pesquisa exploratória com dados quantitativos e qualitativos. Os participantes da pesquisa foram: professores e estudantes de doutorado de cursos de pós-graduação nas áreas de ciências sociais aplicadas e da multidisciplinar das regiões sul e sudeste, de universidades públicas e privadas ou comunitárias. Foram também analisados os critérios adotados por periódicos nacionais e internacionais e eventos nacionais. Os resultados indicam que para o processo ganhar mais em qualidade no Brasil, torna-se necessário: a) criar um espaço de diálogo entre avaliador e avaliado para que o primeiro possa ter noção do impacto positivo ou negativo de seu parecer; b) criar sistemáticas de avaliação do avaliador; c) estabelecer um conjunto de orientações para o avaliador, de forma que o processo garanta não só a seleção de um bom artigo, mas o exercício de diálogo atinente a processos avaliativos; d) considerar entre os critérios de seleção dos avaliadores que a *expertise* sobre o tema seja o principal indicativo de competência avaliativa.

1. Introdução

A avaliação por pares ou *peer review* é a forma mais tradicional de se avaliar trabalhos a serem publicizados em eventos ou publicados em periódicos, bem como projetos de pesquisa que concorrem a financiamento. Parte-se do princípio que a comunidade acadêmica, dentro de sua área de atuação, reúne *expertises* suficientes para identificar o mérito ou demérito das propostas apresentadas, bem como contribuir para a melhoria dos trabalhos, o que, em última instância, representaria ganhos qualitativos para a construção do conhecimento naquela área.

Pessanha (1998) ao analisar o trabalho de *Patterns of evaluation in science: institutionalization, structure and functions of the referee system*, de Harriet Zuckerman e Robert Merton, apresenta as modificações provocadas na ciência com o surgimento, das primeiras revistas científicas, na França e Inglaterra, em 1665, substituindo as cartas que, até aquele momento, os cientistas trocavam entre si para divulgar resultados de suas pesquisas.

É nesse contexto que surge o sistema de avaliação entre os membros da comunidade científica. O *referee system*, denominado sistema de arbitragem, é também conhecido como *peer review* - revisão por pares. Esta sistemática de avaliação pode ser considerada o paradigma dominante entre os processos dessa natureza adotados por eventos, periódicos e fontes de financiamento de pesquisas, no julgamento do mérito ou demérito dos trabalhos submetidos a cada uma destas áreas.

Contudo, com o aumento significativo da produção científica, o acesso aos meios de divulgação e órgãos fomentadores de pesquisa tornou-se mais disputado. Isso fez com que o processo de avaliação, em algumas situações, restrinja-se a uma dinâmica de exclusão, distanciando-se de sua característica primeira, a qual é considerar a qualidade e pertinência do que está sendo produzido, bem como contribuir para a qualificação dos resultados da ciência. Outra questão na contemporaneidade refere-se à velocidade das mudanças, que se reflete também na aceleração da produção de conhecimentos, colocando em cena novos paradigmas. Isso dificulta a tarefa de conciliar o perfil dos avaliadores com escopo teórico já sedimentado, diante dessas novas perspectivas. Esse descompasso tende a comprometer a qualidade do processo e contribuir para o surgimento dos problemas acima identificados.

Essas são algumas questões que tem trazido para o campo da avaliação da produção científica uma arena de conflitos que não contribuem com o diálogo na produção do conhecimento, visto que dadas as limitações do processo de avaliação cristalizam-se posições de avaliador e avaliado, prejudicando o avanço da ciência.

O estudo ora apresentado tem como objetivo discutir, através da percepção de pesquisadores das áreas de ciências sociais aplicadas e da multidisciplinar, a contribuição que a avaliação por pares tem proporcionado para a qualificação e reconstrução dos saberes produzidos.

O trabalho justifica-se principalmente por haverem poucos estudos sobre o tema. Bence e Oppenheim (2004) indicam que, apesar da crescente importância do processo de avaliação por pares, este não tem sido objeto de rigorosos estudos científicos até períodos bem recentes. Além disso, existe uma necessidade crescente de analisar-se a avaliação, para contribuir com a ampliação de sua eficiência e redefinição de seus objetivos. O objetivo de avaliar a avaliação, para Bence e Oppenheim (2004) é torná-la mais qualificada, aproximando-a também das características desejadas na origem do processo quais sejam contribuir para a melhoria contínua da geração de conhecimento.

Para tanto, o artigo foi organizado em quatro tópicos: a base teórica contemplando o processo de avaliação e *peer review* ou avaliação por pares, metodologia, apresentação e análise dos resultados e as considerações finais.

2. Base Teórica

Este tópico contemplará uma discussão a respeito da avaliação no contexto da produção científica e o cenário e atuação dos avaliadores ou *peer review*. Enfatiza questões como a compreensão do que é o processo de avaliação, o que é a avaliação por pares ou *peer review*, suas principais características, além de críticas positivas e negativas a sistemática, encontradas na literatura científica nacional e internacional que fora pesquisada.

2.1 O Processo de Avaliação

De acordo com Rodrigues (2002, p. 123). “etimologicamente avaliar significa atribuir valor a alguma coisa, dar a valia e, por isso, não é uma atitude neutra”. Tal impossibilidade direciona o interesse pela avaliação para um “compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente e a explicitação das diferenças no plano das teorias, da epistemologia e dos métodos de investigação”. Este é um “processo marcado pela ambigüidade, pela discussão e pelos consensos implícita e explicitamente assumidos pelos discursos e práticas”.

Nesse contexto a avaliação não seria estritamente neutra, mas contaminada por valores do avaliador, produzido pela sua convivência com o meio social, e nesse aspecto a relevância da pesquisa passaria a ser um dos elementos de análise que não se tornam explícitos na lógica de uma avaliação científica e neutra (DAVYT; VELHO, 2000).

O termo avaliação traz consigo uma série de mitos, em muitos casos justificáveis, que dificultam seu desenvolvimento uma vez que o processo pode ser limitado a comparações de desempenho onde o avaliado não encontra espaço de diálogo. Assim a noção de exclusão presente em tais processos torna-se fim último dessa prática. Ao contrário, avaliação deveria constituir-se em uma fonte para reconstrução que possibilitasse aos seus agentes reordenar sua produção científica. Segundo Gatti (2000) “avaliações são processos que devem gerar estímulo, servir de alavanca, servir à mudança e a transformação e não serem utilizados para rebaixamento de auto-estima, seletividade, punição, diminuição de valia”.

O processo avaliativo estabelece uma ação permanente de reconstrução do conhecimento e marca, portanto, a transitoriedade da ação humana. Para tanto, a busca da qualidade, deve

romper com a petrificação de verdades e práticas absolutas, servindo, além da constatação e comparação de padrões preexistentes, para contribuir na construção de novos desafios.

Assim, a razão primeira da avaliação permanente é a necessidade de se contrapor de modo permanente à tendência também permanente de decadência histórica de todo o processo qualitativo. Assim como o fenômeno histórico significa o espaço de criatividade do ser humano, representa, no outro lado da mesma moeda, o lugar onde tudo envelhece, desgasta-se, decai. Avaliação é componente intrínseco da reconstrução constante da qualidade (DEMO, 1996, p.30).

De acordo com Demo (1996), a avaliação deve ter caráter permanente, marcado pela intencionalidade da reconstrução na busca da qualidade, o que é coerente com a definição que ele mesmo apresenta de avaliação:

É atributo humano (...), elaboração processual (...), alimenta-se da utopia da perfeição (...), é criatividade, inovação, intervenção alternativa (...), participação (...), não é mais tipicamente melhor (...), implica em compromisso humano com a humanização da história (...), implica a construção de instrumentos e das estratégias mais efetivas da intervenção histórica humanizadora e criativa, que é o manejo do conhecimento (...), é manifestação política (...) (DEMO, 1996, p.29-30).

Tais considerações apontam avaliação e qualidade enquanto binômios que devem se desenvolver de forma articulada, sendo que o conteúdo de ambos é fruto de um processo de construção coletiva e processual, a partir da realidade dos agentes nele integrados, o que traz para o contexto outro elemento importante e indispensável, a participação.

De acordo com Rodrigues (2002, p. 123) a avaliação “é um processo no qual afloram conflitos e contradições que são constituintes da própria academia e da sociedade, mas que se supõem também o enfrentamento destes conflitos e contradições e o questionamento dos suportes das suas idéias e práticas”.

Esta afirmativa é coerente com a idéia de Chubin (1990, p.159), de que o caráter social do processo avaliativo seria outra fonte de divergência. Assim também “o julgamento por pares é parte do processo de produção do conhecimento e das negociações para atingir consenso nas afirmações científicas, as quais são, portanto, produto de um processo social e não apenas científico” (apud DAVYT; VELHO, 2000).

Todo processo de avaliação estabelece uma relação entre avaliador e avaliado, reconhecendo que o primeiro nunca pode estar isento do processo e que o segundo deve sempre ter a oportunidade de se expressar quanto à avaliação. Espera-se, portanto, que o processo de avaliação contribua com o avaliado. Neste sentido, deve ser claro, argumentado, transparente, de forma que o avaliado tenha condições de se posicionar, tanto no que diz respeito a sua defesa, quanto no sentido da reconstrução de seu próprio conhecimento (DEMO, 1996; RODRIGUES, 2002).

Além disso, deve ser fruto de um trabalho coletivo tanto no que se refere a sua construção quanto no que diz respeito à operacionalização, assim a participação dos agentes envolvidos é fundamental para garantir sua qualidade. Para Demo (1996) a participação aberta e transparente dos agentes é o único caminho no sentido de garantir a legitimidade do processo e, fazendo com que seja assumido por todos. A fim de garantir uma participação real, alguns princípios são fundamentais:

Não faz sentido um processo avaliativo que tenha como resultado típico a exclusão do avaliado (...), um processo avaliativo no qual o avaliado não tenha chance de defesa (...), não pode conviver com procedimentos sigilosos (...), a autoridade do avaliador emerge do mérito historicamente comprovado e sempre questionável (...), não se pode ocultar atrás de auto-avaliações (...), avaliação é instrumento necessário e permanente de seu processo de qualificação histórica (DEMO, 1996, p. 35).

Ainda considerando os aspectos metodológicos da avaliação, entende-se ser importante não limitar tal processo apenas a padrões globais de referência, mas garantir uma análise

específica do desempenho individual de cada agente, no sentido de analisar em que medida suas potencialidades tem sido desenvolvidas adequadamente.

2.2 *Peer Review* ou Avaliação por Pares

Segundo Davyt e Velho (2000) a avaliação é parte integrante da construção do conhecimento científico. Ainda que tenham ocorrido mudanças na forma como ocorre esse processo, nos últimos três séculos, uma dimensão tem sido mantida: apenas os cientistas podem avaliar o trabalho de seus colegas, uma vez que se considera que somente eles podem emitir opinião informada e confiável.

Esse tipo de avaliação, conhecida como avaliação por pares ou *peer review*, tem como objetivo preservar a autonomia da ciência através da utilização de mecanismos auto-reguladores que evitariam a necessidade de outros agentes interferirem nesse campo. Além disso, a prerrogativa de se tornar avaliador está assentada em critérios orientados pela excelência da produção científica e da formação acadêmica do indivíduo.

Bence e Oppenheim (2004) usam o termo *peer review* para designar o método de controle de qualidade que usa *experts* independentes para fazer a análise de artigos submetidos a eventos e periódicos e propostas de pesquisa. Para estes autores essa abordagem deveria usar *experts* qualificados para avaliar o trabalho de *experts* não tão qualificados. Grivell (2006) é enfático ao afirmar que o avaliador é aquele que separa o “joio do trigo”, para que seja assegurada a qualidade da produção.

Para Grainger (2007) mais de 1000 artigos aparecem diariamente na literatura científica médica e o número cresce assustadoramente. Certamente, é importante o mecanismo de controle de qualidade pelo qual tais comunicações são validadas, editadas, melhoradas e eliminadas de preconceitos e inadequação. Servindo de filtro para que se publique o que há de mais relevante no conjunto.

A consulta prévia aos pares coloca-se em um contexto de construção de consensos e verdades. Tal processo data do século XVII e teve como função central preservar a credibilidade da produção científica. Ainda que os procedimentos contemporâneos sejam bastante padronizados e próximos das primeiras práticas realizadas na avaliação por pares, começam a surgir algumas variações, pouco comuns, como por exemplo, a avaliação ser desenvolvida através de um processo de comentário por todos os leitores de um determinado periódico (DAVYT; VELHO, 2000).

Gura (2002) evidencia uma experiência feita por um periódico internacional, o qual apresenta os artigos submetidos para uma sessão de comentários feita pela internet, de forma “on-line”, para que os cientistas interessados possam debater o estudo ou simplesmente oferecer ajuda em pontos específicos. A idéia tem pontos positivos e negativos a serem considerados. Se, por um lado, propicia o incremento de novas idéias, por outro encontra dificuldades em atrair cientistas dispostos a participar deste tipo de seção interativa. Além disso, alguns estudos que apresentam em sua metodologia detalhes suficientes para sua replicação podem acabar sendo alvo de plágio, o que apresenta um risco para o cientista.

No Brasil algumas iniciativas nesse sentido também estão sendo desenvolvidas. A revista RAE (Revista de Administração de Empresas) da Fundação Getúlio Vargas desenvolveu um processo de seleção de artigos para um Fórum constituído de duas etapas, na primeira uma avaliação por pares e depois dela os autores que tiveram trabalhos selecionados foram convidados a definir os artigos que seriam publicados.

Ainda que os critérios sejam semelhantes podem ser identificados dois subsistemas de avaliação, a de pesquisa já realizada e da pesquisa por fazer.

Com relação à **pesquisa realizada** a avaliação tem o objetivo de controlar o trabalho científico considerando os resultados alcançados. Trata-se de se obter credibilidade e ao mesmo tempo fazer com que os conhecimentos pertinentes a esse processo transitem do domínio público para o privado. Nesse sentido a avaliação permitiria a replicação de dados relevantes à comunidade científica e a sociedade (DAVYT; VELHO, 2000). Considerando esse aspecto da publicização, a confiabilidade das informações apresentadas deve ser satisfatória, nesse sentido os aspectos metodológicos da construção desse conhecimento são fundamentais, pois são eles que permitem a replicação do processo de pesquisa (DAVYT; VELHO, 2000).

Grivell (2006) evidencia que muitos trabalhos rejeitados em um meio de divulgação científica são aceitos em outros, muitas vezes após vários ciclos de submissão e rejeição. Diante disso, o processo torna-se dispendioso tanto no aspecto humano, no trabalho dos avaliadores, como em termos econômicos. Ao citar Lawrence (2003) salienta que dependendo da posição que ocupa, o pesquisador possui comportamentos diferentes. Quando atua como autor reconhece a necessidade de amplitude em sua abordagem, mas como leitor busca algum grau de validade conferido pelo nome do veículo que publicou o trabalho. O autor reconhece que publicações consideradas *top* ou mais importantes devem refletir as tendências de uma área particular e ter transparência em seus critérios de forma a proporcionar aos autores segurança relativa ao processo avaliativo, mas na prática nem sempre tais procedimentos são sentidos de forma efetiva pelos avaliados, que de certa forma pode reduzir a credibilidade científica dessas publicações.

No que diz respeito à **pesquisa por fazer**, a revisão por pares originou-se das agências de fomento, como uma forma de contrato social estabelecido entre ciência e sociedade que foi primeiramente expresso no “documento de Vannevar Bush, *Science: the endless frontier*, entregue ao presidente Truman, dos Estados Unidos, em 1945”. Esse processo foi orientado pelo modelo de inovação linear, “suposição de uma cadeia com uma ponta inicial na ciência pura, seguida pela aplicada, o desenvolvimento tecnológico, a inovação, levando, finalmente, ao progresso econômico e social.” Tal modelo estabeleceu uma linha lógica de articulação entre a ciência pura e o progresso da sociedade de forma a legitimar que a ciência poderia ser financiada por fundos públicos visto que promoviam melhores condições sociais. O processo pressupunha que a ciência de qualidade somente poderia ser garantida através da avaliação por pares. Esse processo manteve a autonomia na distribuição dos recursos destinados à pesquisa científica e a afastou do controle social (DAVYT; VELHO, 2000).

A década de 1960 foi decisiva nesse processo, uma vez que os cientistas passaram a dialogar com o Estado na defesa de seus interesses. . No caso dos países em desenvolvimento foram criadas instituições para gerir tais recursos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) e também conselhos de pesquisa, os quais passaram a ter forte influência nas políticas de ciências e tecnologia. Os cientistas passam a ocupar altos cargos nesses organismos e atuam no sentido de implementar políticas e também legitimar o mérito científico na alocação de recursos. Os pesquisadores já reconhecidos por seus pares têm prioridade na obtenção de verbas, de forma que passam a ser valorizados os projetos individuais ficando em segundo plano as necessidades da realidade nacional (DAVYT; VELHO, 2000).

Para Bence e Oppenheim (2004), os processos desenvolvidos para avaliação da qualidade e pertinência da produção científica encaminhada para publicação influenciaram fortemente os processos de avaliação da pesquisa por fazer. Além disso, levam consigo as mesmas virtudes e falhas dos processos nos quais se originaram.

2.3 As críticas ao *Peer Review*

Para Wenneras e Wold (1997) o sistema de avaliação por pares é caracterizado como peça central do moderno processo de avaliação científica. Este vem sendo criticado em muitos âmbitos, incluindo aspectos como a baixa confiabilidade de uma revisão feita entre pares que possibilitam aos avaliadores usar o sistema para confirmar suas próprias visões acerca das teorias e objetos de pesquisa.

A crítica tecida com relação aos dois subsistemas de avaliação (pesquisa realizada e pesquisa por fazer) refere-se ao seu universo fechado que não possibilita o questionamento e a validade das próprias regras. Outras dizem respeito ao privilégio concedido a instituições de prestígio, resistência a idéias inovadoras, dificuldade de isenção de julgamento (considerando que os avaliadores são protegidos pelo sigilo), gasto de tempo dos cientistas, competição ao invés da colaboração, os julgados não conhecem os avaliadores, mas esses sabem quem são os proponentes, o sigilo quanto aos avaliadores não os obriga a prestar contas de suas decisões - falta de *accountability* (DAVYT; VELHO, 2000). Gura (2000) indica que os autores que submetem seus trabalhos para periódicos tendem a questionar os seguintes pontos: a) bons trabalhos são rejeitados porque discordam das opiniões ou do resultado de trabalhos feitos pelos avaliadores ou simplesmente porque as idéias expressas são consideradas muito “*left field*”; b) trabalhos que englobam vários campos do saber encontram maiores dificuldades de compreensão, principalmente quando o avaliador está familiarizado com apenas um ou poucos dos campos envolvidos, ou ainda, não concorda com abordagens multi ou interdisciplinares.

Benos, et. al. (2007) considera que esse é um processo que vem evoluindo desde o século XVIII e a preocupação sempre esteve situada na superficialidade, imparcialidade, atraso desnecessário e ineficiência geral do processo. Por outro lado salienta que ele se constitui em uma oportunidade formal do autor avaliar o impacto do seu trabalho na comunidade científica e, ao mesmo tempo, obter um retorno que o permita detectar e corrigir falhas antes que ele se torne de domínio público.

O sistema, que tende a ser fechado e tendencioso, poderia favorecer redes elitistas em detrimento de grupos como minorias étnicas, mulheres, pesquisadores jovens, pesquisadores de centros acadêmicos de menor prestígio (DAVYT; VELHO, 2000). Um exemplo disso é o estudo apresentado por Wenneras e Wold (1997) em uma das edições da revista *Nature*. Para as autoras a metodologia de avaliação *peer review* não garante que o julgamento de mérito seja feito de forma independente das questões de gênero. Percebem na pesquisa feita sobre a avaliação por pares da *Swedish Medical Research Council* que as descobertas feitas por pesquisadores homens tendem a ser superestimadas enquanto que a *performance* das pesquisadoras tende a ser subestimada. Ainda de acordo com Wenneras e Wold (1997, p. 341), “a credibilidade do sistema acadêmico será minada perante os olhos do público se não ocorrer uma avaliação científica do próprio sistema de avaliação científica feito pela academia”.

Percebe-se que a avaliação por pares, longe de se aproximar do ideal dentro da qual foi concebida, tende a estar configurada como um limite ao crescimento da ciência. Isso se deve ao fato de constituir-se, muitas vezes, de uma ferramenta para a ratificação do pensamento estabelecido, ou para garantir guetos de publicação ou de acesso a fontes de financiamento de pesquisa. Grivell (2006) aponta que Jukes em 1977 já denunciava que havia uma fábrica de ciência junto aos revisores, sendo acusados de lentos, altamente subjetivos, preconceituosos, abusados e pobres na detecção de falhas. Para o autor, desde então, pouco mudou e os revisores fazem parte do grupo que compete por espaços com suas publicações.

Cole (1998) afirma que a escolha dos revisores por editores de periódicos não possui como foco buscar pesquisadores com diferentes perspectivas, mas simplesmente aqueles que são os melhores em determinada área. Salienta também que quando os editores escolhem os revisores não podem prever possíveis comportamentos na avaliação. Isso pode ser resultante do baixo nível de consenso que há nas fronteiras das pesquisas.

No que diz respeito à divergência de opiniões entre pares é possível identificar que grande parte delas são derivadas do desenvolvimento paradigmático do campo científico, este consenso tende a decrescer das áreas básicas às aplicadas e das áreas duras às brandas (DAVYT; VELHO, 2000).

No que diz respeito a pesquisa científica as divergências paradigmáticas levou a necessidade de se pensar um novo contrato para o processo de avaliação por pares. Entre outros fatores um dos que foram determinantes foi a constatação de que os benefícios sociais produzidos por ela não eram tão automáticos como pareciam no modelo linear de inovação. As restrições orçamentárias, a erosão da credibilidade irrestrita do julgamento por pares levaram a hipótese que esta deveria se concentrar em áreas que produzem maiores benefícios sociais e econômicos (DAVYT; VELHO, 2000).

Esse processo de adaptação levou, em 1986, a NSF dos Estados Unidos a considerar o julgamento por mérito, com base no critério que a qualidade científica deve estar aliado à relevância social. Nesse sentido a pesquisa deveria considerar critérios internos e externos, incluindo opiniões de não especialistas da comunidade científica que deveriam se posicionar quanto ao escopo e os resultados esperados (DAVYT; VELHO, 2000).

Mesmo assim Bence e Oppenheim (2004) indicam que a habilidade da avaliação por pares em assegurar a qualidade da produção científica é questionável, pois estaria na mesma condição de um sistema de controle de qualidade de produção, o qual ajuda, mas que sozinho não consegue garantir a validade do resultado do processo.

Nessa perspectiva, as vantagens e desvantagens de um processo de revisão por pares demonstram a importância da seriedade e do preparo de quem se propõe a exercer esse papel para que as vantagens possam ser potencializadas e a contribuição à ciência seja cada vez maior. O Quadro 1 traz um resumo destas vantagens e desvantagens, a partir do estudo de Bence e Oppenheim, (2004).

A pesquisa realizada por Anderson et al. (2007) mostra que a competição entre os pesquisadores tem causado efeitos na forma como a ciência evolui. São apresentados o sigilo e a sabotagem e a interferência no trabalho dos avaliadores, bem como um sistema universal de mérito em realizar revisão.

Anker e Flanagan (2007) afirmam que nos periódicos científicos aumenta a atenção para o conflito de interesse político tendo como decorrência a criação de políticas não apenas para autores, mas para revisores e editores. Entretanto nem todos os periódicos disponibilizam especificações de suas políticas e muitas das que estão disponíveis carece de definição clara e de detalhes importantes.

Quadro 1 – Vantagens e Desvantagens da Revisão por Pares

Vantagens	Desvantagens
Permite referências ou garantias ao autor para pedir ou exigir primazia e propriedade sobre uma idéia.	Revisores podem fazer julgamentos factualmente incorretos, podendo ocorrer falsificações não detectadas.
Validação do trabalho de um autor – providenciar avaliação imparcial de manuscritos para eliminar pesquisas falsas e fraudulentas, isto é agir como filtro para garantir altos padrões para a publicação de pesquisas.	Nem sempre os revisores são imparciais e podem deixar suas opiniões refletirem seu julgamento. Muitas formas de vieses existem: institucionais, de gênero, de escolas. Isto faz com que se lembre que os revisores são essencialmente competidores do próprio autor.

Proteção das práticas de plágio.	Gera oportunidades para o roubo de idéia e prática do plágio.
Segurança de autenticidade.	Sem possibilidade de recurso, reparação para os autores se os revisores forem verdadeiramente anônimos
Dar credenciais para a comunidade científica, os quais podem ajudar na obtenção de empregos, promoções ou obtenção de fundos.	O tempo gasto é um importante problema. O processo de “ <i>Double blind reviewing</i> ”, especialmente quando permite revisões, acaba prolongando-se por vários meses. Desta forma, publicação dos resultados de pesquisas importantes acaba sendo atrasado.
Assegurar qualidade para os padrões dos “ <i>journals</i> ”.	Revisores podem discordar sobre os méritos de um mesmo artigo.
Incrementar a produção científica, assegurando a citação de literatura relevante.	Comentários, mesmo quando um artigo é aceito, não tem sido útil para os autores.
Mesmo quando um trabalho é rejeitado, o <i>feedback</i> aos autores permanece válido: a crítica construtiva e o processo de revisão tende a melhorar os manuscritos.	Como esta é uma tarefa graciosa, ela não é prioridade para os acadêmicos, o que acaba incrementando os atrasos.
Editores podem dirigir os trabalhos para “ <i>journals</i> ” mais apropriados se forem submetidos erroneamente.	Um artigo aceito por um jornal pode ter sido rejeitado por outro. Isto sustenta tanto o argumento da qualidade quanto da inconsistência do processo ou o fato de haver uma hierarquia de qualidade.
	Perpetua o sentimento de uma comunidade fechada.
	Novas idéias, que estejam fora do <i>mainstream</i> ou que sejam contraditórias a visão convencional estabelecida, podem ser bloqueadas.

Fonte: Bence e Oppenheim, 2004.

O quadro indica que os fatores que são vistos como vantagens desse tipo de abordagem também apresenta aspectos limitantes. Questiona-se a forma como esse processo tem sido implementado e principalmente o fato de não ser objeto de avaliação.

Para a melhoria do processo de avaliação Muligan (2004, p. 141) sugere que há necessidade de maior transparência e para tal deveriam ser adotados os seguintes procedimentos:

- Uma política de anonimato;
- Uma política que estabelece se todos os artigos devem ser enviados a revisores;
- Informações sobre os critérios de seleção dos revisores;
- O número de revisores envolvidos;
- O resultado esperado no processo de avaliação;
- O protocolo que o avaliador deve seguir (critério para avaliação da publicação)
- Como a decisão final será dada;
- Como as observações do avaliador serão comunicadas ao autor;
- Um estabelecimento de interesses – como exemplo, revisores que tenham colaborado com o autor recentemente;
- Taxa de rejeição.
- *Feedback* para avaliadores.

Alguns desses procedimentos já estão incorporados às práticas de periódicos, eventos e órgão de fomento, embora muitas dessas práticas ainda encontrem-se distantes das políticas de muitos veículos de divulgação.

Ainda que se considerem essas dificuldades Bertero (2007, p.2), identifica que “já podemos contar com avaliadores que efetivamente produzem avaliações de nível internacional, sugerindo alterações e atuando como reais conselheiros do autor, dessa forma chegando quase a uma “co-autoria de fato”, aponta, porém, que “muitos avaliadores ainda avaliam pela rama”, ou seja, são superficiais em sua avaliação. O autor afirma que “são poucas as justificativas

para aprovar e publicar na forma como o artigo foi apresentado ou para rejeitá-lo também sem grandes explicações. Ambas as alternativas são reveladoras de uma avaliação pobre”.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa exploratória, com tipologia seccional, uma vez que tratou do momento atual dos processos *peer review* e cujos níveis de análise foram o indivíduo e a organização (VIEIRA, 2005). Para Vergara (2004) este tipo de pesquisa tem como objetivo desenvolver uma sondagem sobre a temática em questão.

Os participantes da pesquisa foram: professores e estudantes de doutorado de cursos de pós-graduação nas áreas de ciências sociais aplicadas e da multidisciplinar das regiões sul e sudeste, de universidades públicas e privadas ou comunitárias.

A seleção dos respondentes foi determinada considerando a *networking* dos pesquisadores e aqueles que se enquadravam nos critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa. Em alguns casos, foi solicitado que os mesmos remetessem ou indicassem um colega para que também pudesse contribuir. Foram enviados 43 questionários por *e-mail* e recebidos 30 respondidos, representando 66% de retorno.

As questões do instrumento de pesquisa solicitavam informações dos pesquisadores e sua área de atuação; número de pareceres que emitem e recebem de eventos e projetos; postura adotada quando avalia e é avaliado; potencialidades e dificuldades na atuação como pesquisador em relação à avaliação.

Os dados obtidos são de natureza quantitativa e qualitativa e foram coletados nos meses de dezembro de 2007 a março de 2008. Além dos dados obtidos junto aos pesquisadores foram analisados os critérios adotados por três periódicos nacionais (RAE, READ e RAUSP), três periódicos internacionais (*Academy of Management Journal*, *American Journal of Political Science*, *Harvard Business Review*) e três eventos nacionais (ENANPAD, SIMPOI e ANPOCs). O critério de seleção foi aleatório, a partir da consideração de que os veículos de divulgação possuíssem conceito A na lista Qualis da Capes em âmbito nacional para os eventos e periódicos brasileiros e em âmbito internacional para os demais. Para o tratamento dos dados utilizou-se de análises estatística e interpretativa. Essa última orientada pelas seguintes categorias: diálogo, neutralidade/autonomia da ciência, qualidade, inovação x tradição, construção de consensos, pesquisa – relevância/outros atores, redes elitistas.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 Perfil dos respondentes

Os respondentes são predominantemente doutores (70%), seguidos de doutorandos (20%) e de pós-doutores (10%). Atuam predominantemente nas áreas de estratégia e organizações e ensino e pesquisa em administração (14%), gestão de pessoas (13%) e estudos organizacionais (12%). Os demais possuem atuação dispersa nas diversas áreas do quadro utilizado pela Anpad. No que se refere a sua inserção no processo de *peer review*, a maioria dos pesquisados são avaliados e avaliadores de artigos acadêmicos e projetos de pesquisa (57%) e avaliado e avaliador de artigo acadêmico (30%). Os demais respondentes se encaixam na categoria de avaliados de artigos acadêmicos e/ou projetos.

Participam como pareceristas, em média, de três congressos por ano. Para o mesmo período, avaliam 19 artigos para congresso, cinco para periódico e cinco projetos.

4.2 Conceito de parecer

Os respondentes consideram que o parecer refere-se a uma forma de julgamento (22%), melhoria da produção científica (25%), ou uma forma de proporcionar melhorias no artigo (26%). Isso é coerente com a proposição de Bence e Oppenheim (2004) de que a função da avaliação por pares está articulada a qualidade da produção científica, no que diz respeito à produção de consensos sobre o que deve ser publicado. Embora seja questionável pela dificuldade de ser validada e gerar resultados conforme discussão do quadro 1.

Uma tendência que deve ser considerada nesse processo: de uma forma equilibrada as várias posições acerca do que é um parecer são nomeadas ao longo do processo, o que se alinha com a perspectiva teórica apresentada. Contudo, vale salientar que a perspectiva da contribuição está mais presente do que a perspectiva unilateral do julgamento. Esse posicionamento pode ser reflexo da alternância que os respondentes ocupam no processo, visto que ora assumem o papel de avaliador, ora de avaliado. Isso indicaria, de certa forma, maior flexibilidade na compreensão de seu papel, ou a percepção dele dentro de uma forma sistêmica.

Nesse sentido, vale ressaltar que tal alternância pode ser considerada como um fator positivo no que se refere ao amadurecimento da avaliação por pares, desde que haja, por parte dos atores, uma combinação de empatia e desejo de contribuir com a ciência. Isso seria coerente com o entendimento de Rodrigues (2002) e Demo (1996) acerca dos processos avaliativos.

4.3 Sobre os critérios de avaliação

O questionário da pesquisa ofereceu uma série de critérios mais comumente utilizados em processos de avaliação. Tanto na posição de avaliador como de avaliado não há alterações significativas nesse quadro, tampouco na classificação da importância destas características no processo.

No caso de artigos científicos, em uma análise comparativa entre avaliador e avaliado, a hierarquia desses itens apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 2 – Critérios importantes na avaliação de artigos científicos

Avaliador	Avaliado
Metodologia utilizada (adequação e qualidade).	Metodologia utilizada (adequação e qualidade).
Clareza e relevância dos objetivos.	Análise de dados (ou informações) e resultados (articulação teórica e metodológica da interpretação).
Análise de dados (ou informações) e resultados (articulação teórica e metodológica da interpretação).	Conclusões: fundamento, coerência e alcance.
Conclusões: fundamento, coerência e alcance.	Clareza e relevância dos objetivos.
Relevância do tema e originalidade do trabalho	Contribuição do trabalho para o conhecimento
Adequação da fundamentação teórica aos objetivos.	Adequação da fundamentação teórica aos objetivos.
Contribuição do trabalho para o conhecimento	Relevância do tema e originalidade do trabalho
Qualidade da redação e organização do texto (ortografia, gramática, clareza, objetividade e estrutura formal).	Qualidade da redação e organização do texto (ortografia, gramática, clareza, objetividade e estrutura formal).

Fonte: dados da pesquisa (2008)

A metodologia aparece como fator central, o que de certa forma reflete a importância da natureza do método científico no que diz respeito à possibilidade de replicação e também da idoneidade das afirmativas, o que é coerente com o paradigma positivista ainda dominante dentro da ciência. Nos dois casos a relevância do tema ocupa posições secundárias, que reflete a discussão que na pesquisa já realizada essa questão foi superada.

No que diz respeito à pesquisa por fazer essas questões aparecem da seguinte forma:

Quadro 3 – Critérios importantes na avaliação de projetos

Avaliador	Avaliado
Clareza e relevância dos objetivos	Metodologia utilizada (adequada e qualidade)
Metodologia utilizada (adequada e qualidade)	Clareza e relevância dos objetivos
Relevância do tema e originalidade do trabalho	Contribuição do trabalho para o conhecimento

Contribuição do trabalho para o conhecimento	Resultados esperados
Adequação da fundamentação teórica aos objetivos	Adequação da fundamentação teórica aos objetivos
Análise dos dados e resultados	Análise dos dados e resultados
Resultados esperados	Relevância do tema e originalidade do trabalho
Qualidade da redação	Qualidade da redação

Fonte: dados da pesquisa (2008)

Nesse caso, as posições entre avaliador e avaliado não são tão próximas, principalmente no que diz respeito à relevância. Como visto, a dimensão dos projetos passou a ocupar maior visibilidade em função do esgotamento da relação direta entre a ciência e seus impactos sociais e, de alguma forma, tal percepção é adotada pelos respondentes. Contudo, quando esses ocupam o lugar de avaliados tal valorização não ocorre. Esse comportamento reforça a postura paradoxal apresentada por Lawrence (2003) apud Grivell (2006).

Ao se analisar os critérios adotados por periódicos nacionais e internacionais e eventos científicos percebe-se que:

- Periódicos Nacionais: é evidente a preocupação com a relevância e contemporaneidade, com o referencial teórico, que deve refletir o estado da arte e trazer novas abordagens, com o ineditismo, com as contribuições tanto para a teoria como para a prática e com o atendimento rigoroso das normas da ABNT.

- Periódicos Internacionais: a preocupação se estabelece sobre a clareza nas idéias para a proposição apresentando problema e justificativa, sobre a forte contribuição teórica e relevância prática do estudo e sobre a rigidez no formato e estilo.

Há, em alguns periódicos tanto nacionais como internacionais, um chamamento aos revisores para que seja mantida a reputação do periódico e a contribuição dos trabalhos para a área do conhecimento. Tal questão relaciona-se a necessidade de atrair os melhores trabalhos, pela garantia da rapidez do processo e a alta qualidade na revisão. Estes periódicos recomendam uma avaliação amigável, para garantir o aprendizado dos autores a partir do processo. Além disso, salientam que a contribuição para a geração, produção e comunicação do conhecimento depende da integridade e qualidade do processo de *peer review*. Ao mesmo tempo estimulam que a escolha do avaliador se deu pelo conhecimento e possibilidade de contribuição para o enriquecimento do artigo sob avaliação.

No que se refere à qualidade da redação, os periódicos internacionais possuem uma preocupação maior que as nacionais, sendo um dos limitadores para pesquisadores brasileiros que não possuem bom domínio da língua ou acesso a um profissional que possibilite o desenvolvimento do texto com idéias claras. As restrições a esses conteúdos se justificam pelo longo tempo necessário para avaliação e em certos casos são rejeitados com sugestão de adequação e nova submissão.

- Eventos Científicos: os critérios se centram no alinhamento com a temática(s) proposta; relevância, atualidade e interesse científico; forte rigidez no formato.

Há alinhamento entre os critérios dos periódicos e eventos e a postura dos pesquisados. Um aspecto apontado pelos pesquisados como importante nos critérios de avaliação diz respeito à metodologia, a qual não tem aparece de forma explícita entre os critérios de avaliação definidos pelos periódicos e eventos. Os periódicos apresentam os critérios a serem considerados de uma forma ampla. A diferença de valorização presente entre os itens que compõem a avaliação não são explícitos, contudo, os dados dessa pesquisa indicam que há um consenso relativo aquilo que deve ter maior peso nesse processo, como por exemplo, a metodologia no caso dos artigos.

4.4 Equipe de pesquisa

Alguns autores indicam que a natureza do processo *peer review* favorece a criação de redes elitistas de pesquisadores (DAVYT; VELHO, 2000). Os dados confirmam essa tendência uma vez que na avaliação dos projetos, as ações passadas têm um peso fundamental, tais como a capacidade comprovada (43), competência e experiência (38). A regularidade da produção científica (34) aparece em terceiro lugar.

Essa tendência traz à tona a dificuldade que sofrem tanto os jovens pesquisadores, que não estejam inseridos em redes reconhecidas, quanto os centros de pesquisa que ainda não se constituem como referência. Fatos estes evidenciados pela pesquisa de campo

4.5 Postura do avaliador

A avaliação por pares, em sua origem, traz a concepção de que somente pessoas da área científica poderiam avaliar de forma isenta esse conhecimento favorecendo sua autonomia (BENCE; OPPENHEIM, 2004).

Quando indagados sobre as dificuldades do papel de avaliador duas questões são apresentadas como de importância destacada: parcialidade e intolerância com a diferença. Ou seja, os pesquisados percebem, por um lado, a necessidade de avaliar de forma imparcial, por outro percebem a dificuldade de ser receptivo às diferentes formas de abordagem epistemológica dos estudos apresentados. Sentem também os prejuízos produzidos por posturas parciais e intolerantes adotadas por alguns avaliadores.

Essa autocrítica indica que os pareceristas têm consciência de suas limitações quanto ao distanciamento de seus valores em favor da inovação do campo científico e o favorecimento da manutenção de paradigmas já consolidados.

Além dessas questões, os respondentes também expressam a preocupação com relação a dificuldade em formular críticas que não se constituam na criação de barreiras de assimilação daquilo que está sendo discutido, desestimulando os autores a continuarem produzindo.

Contraditoriamente à afirmação dessa unilateralidade do avaliador, quando questionados sobre sua motivação para participar desse processo, o aprendizado aparece como tendência central, pois essa posição lhes permitiria o acesso ao que de novo está sendo produzido.

Além disso, consideram ser também um papel social, aquele de contribuir para a qualidade da ciência, através da função de avaliador, questão controversa ao se considerar as dificuldades já comentadas.

4.6 A inserção no cenário de avaliador

Os pesquisadores tornam-se avaliadores através de dois mecanismos centrais: análise do currículo *lattes* pelos editores de periódicos e indicação de colegas.

Essa última fortalece o argumento que a avaliação por pares tem como possibilidade a formação de redes elitistas que desenvolvem mecanismos de proteção dos “seus”.

A primeira indica a valorização da produção científica e a importância da publicidade dessa para o rompimento das redes estabelecidas, enquanto a segunda demonstra fragilidade no processo ao se imaginar que a indicação poderá considerar laços de afetividade sem levar em conta os critérios que um verdadeiro avaliador deve possuir.

Ao se considerar que um dos critérios apontados e pontuados no currículo *lattes* do pesquisador é a atuação como avaliador, essa dimensão passa a ganhar importância e há a busca de inserção nesse campo. Isso pode consolidar os problemas anteriormente elencados.

4.7 A avaliação dos avaliadores

Quando indagados sobre a percepção do processo de avaliação, 86% dos respondentes afirmam que já receberam algum tipo de parecer que considerou descontextualizado, revelando, na interpretação deles que o avaliador desconhecia o tema ou o método.

Contudo, quando questionado sobre seu procedimento quando recebe um material que não domina, 76% afirmam que não avaliam e devolvem ou então buscam subsídio.

Por outro lado, essa discordância do parecer também aparece como resultado da inflexibilidade dos avaliadores com relação a novas tendências na área do conhecimento e ainda como uma ação relapsa, justificada pela falta de tempo. Nesse caso vale lembrar que os respondentes afirmaram que avaliam, em média, anualmente, 19 artigos de congresso, cinco de periódico e cinco projetos. Dessa forma fica difícil atrair e reter um bom número de bons avaliadores.

Com relação aos projetos de pesquisa, esse cenário não se repete de forma tão contundente. Nesse caso 55% discordaram dos pareceres recebidos. A crítica está na dificuldade de compreender como o avaliador interpretou os critérios e também afirmações padrão ou abrangentes que não contribuem para a reconstrução da proposta.

Essa discordância com relação ao processo avaliativo está relacionada com a forma de operacionalização dos critérios. Entre os respondentes, 50% consideram que os critérios são claros, transparentes, contudo, aqueles que não concordam atribuem à subjetividade presente no processo avaliativo e novamente a falta de conhecimento dos avaliadores da temática em questão, como a causa do problema de não compreensão ou de não aceitação do parecer.

Contraditoriamente 93% dos respondentes também afirmam que já receberam bons pareceres, os quais contribuíram, segundo eles, para a melhoria do trabalho, ao indicar novas possibilidades de reflexão, possibilidades de aprimoramento e limitações da discussão proposta.

Sobre a possibilidade de internalização das críticas contidas nos pareceres, os respondentes afirmam que encontram dificuldades em receber críticas e também de compreendê-las adequadamente, de forma a poder superá-las, ou mesmo usá-las como *feedback* para melhoria.

4.8 O diálogo entre avaliador e avaliado

Como foi constatado anteriormente, a avaliação tem um papel fundamental na reconstrução do conhecimento que é fruto do diálogo entre os atores que fazem parte desse processo, conforme preconizam, de forma geral, Demo (1996) e Rodrigues (2002) e especificamente para a *peer review*, Davyt e Velho (2000) e Bence e Oppenheim (2004).

Os dados da pesquisa indicam uma tendência unilateral desse processo, visto que 64% afirmam que não existe possibilidade de recurso, e ainda, quando essas existem 71% não recorrem, pois os respondentes consideram que é mais fácil encaminhar o trabalho para outro veículo de financiamento ou divulgação, ou ainda fazer as modificações solicitadas, ainda que não completamente, como forma de garantir sua publicação.

A falta deste diálogo, por um lado compromete o processo de avaliação, porque restringe a possibilidade de aprendizado com ela, por outro, limita a possibilidade de aprendizado do próprio avaliador, pois fortalece a idéia de que o parecer dado é inquestionável. Neste aspecto, o processo de avaliação torna-se incompleto ao ser comparado com o que Demo (1996), Gatti (2000) e Rodrigues (2002) consideram compor a sistemática.

4.9 Como melhorar o processo de avaliação

De acordo com Davyt e Velho (2000) e com Benos, et al. (2007), desde o século XVII há a preocupação com a melhoria do processo de avaliação. Os pesquisados apresentaram como sugestão: a seleção mais rígida, treinamento e remuneração aos avaliadores, maior

explicitação e transparência dos critérios de avaliação, maior discussão acerca de aspectos que envolvem os processos de avaliação de projetos e artigos. Além disso, o avaliador deve ter a preocupação com a “contribuição para o crescimento de outro ser humano na vida acadêmica”. Também foram evidenciados aspectos como a postura auto-crítica dos avaliadores, flexível e aberta a novas metodologias de pesquisa, criação de instância de diálogo com os pareceristas e fundamentação dos pareceres.

Todas estas sugestões de melhoria convergem para vários aspectos que Benos, et. al. (2007) Wenneras e Wold (1997) Bence e Oppenheim (2004) Grivell (2006) Gura (2000) Cole (1998) Anderson et al. (2007) Ancker e Flanagin (2007) Muligan (2004, p. 141) Bertero (2007), consideram ser necessários para ter um processo de *peer review* adequado para contribuir para a seleção de trabalhos relevantes, bem como para que se preserve o direito de propriedade intelectual, bem como para que se contribua com a melhoria contínua da qualidade do conhecimento gerado.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi discutir, através da percepção de pesquisadores das áreas de ciências sociais aplicadas e da multidisciplinar, a contribuição que a avaliação por pares tem proporcionado para a qualificação e reconstrução dos saberes produzidos.

Constatou-se que há diferentes posturas quando os pesquisadores atuam como avaliados e avaliadores, principalmente com pesquisas feitas ou artigos científicos. Alguns deles possuem clareza quanto ao seu papel e de ser necessário que a função de avaliador resulte em uma forma de contribuição ao desenvolvimento da ciência.

Considerando-se as ponderações de Benos, et. al. (2007) Wenneras e Wold (1997) Bence e Oppenheim (2004) Grivell (2006) Gura (2000) Cole (1998) Anderson et al. (2007) Ancker e Flanagin (2007) Muligan (2004, p. 141) Bertero (2007) e os resultados observados na pesquisa de campo, para o processo ganhar ainda mais em qualidade no Brasil, torna-se necessário: a) criar um espaço de diálogo entre avaliador e avaliado para que o primeiro possa ter noção do impacto positivo ou negativo de seu parecer; b) criar sistemáticas de avaliação do avaliador; c) estabelecer um conjunto de orientações para o avaliador, de forma que o processo garanta não só a seleção de um bom artigo, mas o exercício de diálogo atinente a processos avaliativos; d) considerar entre os critérios de seleção dos avaliadores que a *expertise* sobre o tema seja o principal indicativo de competência avaliativa.

Quanto a criação de um espaço de diálogo entre avaliador e avaliado, o processo *blind review* precisa manter-se por uma questão de ética a preservação das partes, mas canais de recursos e de interação das partes são possíveis e já praticados por alguns periódicos, com resultados bastante positivos para a qualidade do periódico.

Por outro lado, quanto à sistemática de avaliar-se o avaliador, uma possibilidade seria o avaliado ser um dos atores do processo, como forma de contribuir para a melhoria do periódico. O outro ator nesta avaliação poderia ser o corpo editorial do periódico. Com isso, seria possível selecionar e premiar os melhores desempenhos dos avaliadores. Como já está sendo organizado pela ANPAD em relação aos trabalhos de avaliação de artigos nos periódicos relacionados à associação (RAC, BAR e RAC-Eletrônica). A premiação foca em quesitos como: cumprimento de prazos, qualidade e completude da revisão, objetividade, construtividade (caráter amigável e construtivo que se atenha ao texto e não a seus autores e o fornecimento de subsídios concretos para a melhoria do trabalho) e padrões de qualidade dissertativa dos pareceres.

Existem prejuízos claros para o aprimoramento do conhecimento quando a avaliação não contribui para a melhoria daquilo que avalia. Estes prejuízos são indicados na pesquisa de

campo e daqueles listados pode-se destacar: a) a ratificação do paradigma dominante e o bloqueio a novas idéias; b) a elitização dos autores com acesso a publicação em periódicos de renome e de boa circulação; c) a desmotivação dos jovens autores ou daqueles que têm visões inovadoras ou não convencionais sobre os objetos que estudam ou que ousam nas abordagens teóricas usadas; d) uma postura reativa de quem é avaliado e que passa a ser avaliador, a qual tende a replicar processos negativos de avaliação, gerando um ciclo negativo de deterioração constante dos objetivos da sistemática de avaliação.

Referências

- AJPS - American Journal of Political Science. **Guidelines for manuscripts and guidelines for reviews**. Disponível em < <http://www.ajps.org/>>. Acesso em 23, março, 2008.
- AMJ – American Management Journal. **Guidelines for Reviewers (2007-2010)**. Disponível em < http://journals.aomonline.org/amj/contributor_information.html>. Acesso em 23, março, 2008.
- AMJ – American Management Journal. **Information for Contributors**. Disponível em < http://journals.aomonline.org/amj/contributor_information.html>. Acesso em 23, março, 2008.
- ANDERSON, M. S.; RONNING, E. A.; DE VRIES, R.; MARTINSON, B.C. The perverse effects of competition on scientists' work and relationships. **Sci Eng Ethics**. 13, 437-461, 2007.
- ANKER, J. S.; FLANAGIN, A. A comparison of conflict of interest policies at peer-reviewed journals in different scientific disciplines. **Sci Eng Ethics**. 13, 147-157, 2007.
- ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Edital para apresentação e seleção de propostas de mesas redondas, grupos de trabalho e envio de propostas de trabalho para grupos de trabalho – 2008**. Disponível em < http://200.152.208.135/anpocs/media/edital_2008.pdf>. Acesso em 23, março, 2008.
- BENCE, V.; OPPENHEIM, C. The influence of peer review on the research assessment exercise. **Journal of Information Science**. v.30. n.4, p. 347-368, 2004.
- BENOS, D. J. et al. The ups and downs of peer review. **Advan. Physiol. Edu.** v. 31, p. 145-152, 2007.
- BERTERO, C. O. Editorial. **RAE Eletrônica**. v.6, n.1, São Paulo, Jan./June, 2007. Disponível em <www.rae.com.br> Acesso em 04, abril de 2008.
- COLE, S. How does peer review work and can it be improved? **Minerva**, 36: 179-189, 1998.
- DAVYT, A; VELHO, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente: como será o futuro. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, vol 7 n.1. Rio de Janeiro mar/jun 2000.
- DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. São Paulo, Papyrus, 1996.
- ENANPAD. **Crítérios de julgamento**. Disponível em <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=331&cod_evento_edicao=38>. Acesso em 23, março, 2008.
- GATTI, B.A. **Avaliação institucional e acompanhamento de instituições de ensino superior**. São Paulo: fundação Carlos Chagas, 2000.
- GRAINGER, D.W. Peer review as professional responsibility: A quality control system only as good as the participants. **Biomaterials**. 28. p. 5199 – 5203, 2007.
- GRIVELL, L. Through a glass darkly. **EMBO reports**. v.7, n.6, p. 566 – 570, 2006.
- GURA, T. Peer review unmasked. **Nature**. v.416, n.21, p. 258-416, mar. 2002.
- Judson HF Structural transformations of the sciences and the end of peer review. **JAMA** 272-281, 1994.

- HBR – Harvard Business Review. **Guidelines for authors.** Disponível em <http://harvardbusinessonline.hbsp.harvard.edu/b01/en/common/util_contact_guidelines_hbr.html>. Acesso em 23, março, 2008.
- MULLIGAN, A. Is peer review in crisis? **Oral Oncology**, v. 41, Is.2, p.135 -141, 2004.
- PESSANHA, Charles. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. **Ciência da Informação**. v.27 n.2 Brasília 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200020&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em Março de 2008.
- Revista de Administração de Empresas. **RAE**. Disponível em <www.rae.com.br>. Acesso em 04, abril de 2008.
- RAUSP. **Diretrizes aos colaboradores da Rausp.** Disponível em <<http://www.rausp.usp.br/>>. Acesso em 22, março, 2008.
- Revista Eletrônica de Administração. **READ**. Disponível em <<http://read.adm.ufrgs.br>> Acesso em 02, abril de 2008.
- RODRIGUES, M.E.F. **Resgatando espaços e construindo idéias: ForGRAD 1997 a 2002.** Niterói: EdUFF, 2002.
- SIMPOI. **Objetivos.** Disponível em <<http://www.simpoi.fgvsp.br/simpoi/index.cfm?FuseAction=dsp.objetivo>>. Acesso em 23, março, 2008.
- SIMPOI. **Perguntas freqüentes.** <<http://www.simpoi.fgvsp.br/simpoi/index.cfm?FuseAction=dsp.faq>>. Acesso em 23, março, 2008.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2004.
- Vieira, M. M. F.; Deborah, M. Z. (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração II.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- WENNERAS, C.; WOLD, A. Nepotism and sexism in peer-review. **Nature**. v.387, n.22, p. 341-343, may 1997.